



~~Handwritten marks and signatures in the top right corner.~~

ATA NÚMERO DEZ

--- Aos treze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão Ordinária na sua sede, a Assembleia de Freguesia de Abiul, para discussão e deliberação dos assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Ponto 1 - Período antes da ordem do dia: -----

--- Ponto 1.1 – Leitura e aprovação da ata da última assembleia de freguesia ordinária realizada a 27 de Setembro de 2019;-----

--- Ponto 1.2 – Leitura do expediente;-----

--- Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.-----

--- Ponto 2 - Período da ordem do dia: -----

--- Ponto 2.1 - Informação escrita da Presidente de Junta acerca da atividade e situação financeira da Freguesia, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do art.º18 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

---Ponto 2.2 – Discussão, Votação e Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano 2020 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos;-----

--- Ponto 2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2020;-----

--- Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação do Pedido de autorização prévio à Assembleia de Freguesia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art.12º do DL 127/2012 de 21/06;-----

--- Ponto 2.5 – Apresentação, discussão dos projetos da Casa do Celeiro e Moinhos das Corujeiras;-----

--- Aberta a sessão e efetuada a chamada, cerca das vinte e uma horas, verificou-se que estavam presentes os seguintes membros da Assembleia: Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria, Rogério Manuel Ferreira Martins, Telma Andrea Martins da Silva Gomes, Victor Manuel Marques Barros, Helder Manuel Ferreira Mendes, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Diogo Rafael Ferreira Nunes, Isabel Maria dos Santos Rodrigues e Manuel Silva. -----

--- A representar a Junta de Freguesia encontravam-se presentes a Presidente e o Secretário.-----

--- Presidiu a reunião, a Presidente da Assembleia, Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria, tendo como primeiro secretário Rogério Manuel Ferreira Martins e segundo secretário Telma Andrea Martins da Silva Gomes. -----

--- Pela Presidente de Mesa da Assembleia, foi dado início à sessão dando-se cumprimento à ordem de trabalhos: -----

--- Ponto 1 - Período antes da ordem do dia: -----

--- Ponto 1.1 – Leitura e aprovação da ata da última assembleia de freguesia ordinária realizada a 27 de Setembro de 2019;-----

--- A Presidente da Assembleia, Isabelle Albergaria, questionou os membros da assembleia se existia alguma questão em relação à ata. Como não houve questões, passou-se à votação, tendo sido aprovada por maioria com oito votos a favor dos deputados Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria, Rogério



Assembleia de Freguesia de Abiul

Manuel Ferreira Martins, Telma Andrea Martins da Silva Gomes, Victor Manuel Marques Barros, Helder Manuel Ferreira Mendes, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Diogo Rafael Ferreira Nunes, Isabel Maria dos Santos Rodrigues e um voto de abstenção do Deputado Manuel Silva. -----

--- Ponto 1.2 – Leitura do expediente; -----

--- A Presidente da Assembleia informou que não havia qualquer expediente. -----

--- Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade. -----

--- A Presidente da Assembleia questionou os restantes membros se alguém queria intervir, sendo que o Deputado Rogério Martins pediu a palavra. Este começou por cumprimentar os presentes e de seguida questionou a Presidente de qual era o ponto de situação em relação ao Parque Desportivo de Abiul. O deputado comenta ainda que já foi a duas reuniões onde foi dito que já tinha sido adjudicando, mas ainda não se veem máquinas a começar a obra.-----

--- A Presidente, Sandra Barros, respondendo à questão colocada pelo deputado Rogério Martins informa que a obra já foi adjudicada a uma empresa da freguesia, a Alvape, sendo que tem indicação por parte do município que a obra irá iniciar-se nos próximos dias.-----

---- Não havendo mais intervenções passou-se ao seguinte ponto.-----

--- Ponto 2 - Período da ordem do dia: -----

--- Ponto 2.1 - Informação escrita da Presidente de Junta acerca da atividade e situação financeira da Freguesia, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do art.º18 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

--- A Presidente de Junta questionou os membros da assembleia se tinham alguma dúvida em relação à informação escrita que lhes foi facultada atempadamente. Como todos tiveram acesso à mesma, questionou se podia prescindir da sua leitura. Como ninguém se opôs, passou-se ao ponto seguinte.-----

--- Ponto 2.2 – Discussão, Votação e Aprovação dos documentos Previsionais para o ano 2020 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos;-----

--- A Presidente da Assembleia questionou os deputados se queriam intervir, sendo que o Deputado Manuel Silva interveio começando por cumprimentar os restantes elementos da assembleia. A sua intervenção prende-se com a proposta de orçamento do ano de 2020, e queria realçar que o partido socialista foi consultado. No seu ponto de vista, este orçamento 2020 repete-se como nos anos anteriores, os mesmos projetos, a mesma aposta numa vertente que o deputado e o partido socialista consideram não ser a mais adequada e a melhor para a freguesia e para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, apresentou uma proposta que visa retificar no orçamento algumas verbas. Em vez de se apostar em coisas, a seu ver, dever-se-ia começar a apostar nas pessoas, nas questões sociais e económicas. Mais concretamente, no aspeto social, no apoio à natalidade, às pessoas, para que quando chegar a hora de escolher um sítio para viver, se sintam bem e escolham um sítio que lhe ofereça algo que faça a diferença. No seu ver, efetivamente a aposta orçamental segue agora a direção do imobiliário como sendo uma vocação do executivo dedicarem-se a projetos imobiliários, seja ele de que natureza for, salvo exceções que sejam devidamente justificadas. O deputado salienta que o imobiliário é importante, no entanto, é preciso pessoas porque se não houver pessoas o equipamento não tem



Assembleia de Freguesia de Abiul

utilidade. Existem países pelo mundo e autarquias onde se apostam em grandes obras mas depois falta aquilo que dá vida às localidades, que são as pessoas. Relativamente ao que diz respeito ao orçamento, apesar de ser repetitivo tem um aspeto positivo, que é o projeto de requalificação dos Moinhos das Corujeiras estar consagrada tanto no orçamento como no Plano Plurianual de Investimentos. Essa consagração é de elogiar, é um bom sinal. Só se espera que não aconteça como as outras obras anunciadas, programadas e projetadas que se foram perdendo e ficando no esquecimento. É importante que realizem o mais rapidamente possível, antes que sejam irrecuperáveis. Refere ainda, que é um espaço maravilhoso e que Abiul já devia ter apostado naquela zona há muitos anos, pois devia de ser uma referência para Abiul. A Abiul tem que ter mais um roteiro que não seja só tauromaquia. Independentemente deste aspeto positivo, a recuperação dos Moinhos das Corujeiras, e como “não é por morrer uma andorinha que acaba a primavera”, ou seja, não é por ter uma coisa boa que é um bom orçamento. O Deputado Manuel Silva termina a sua intervenção afirmando que a intenção do Partido Socialista é votar contra o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos. -----

--- A Presidente da Assembleia questionou os restantes membros se mais alguém queria usar a palavra, sendo que a Presidente de Junta pediu para intervir. A Sandra Barros começou a sua intervenção dizendo que discorda do que foi dito pelo deputado Manuel Silva refere, o orçamento é direcionado para as pessoas e pensado para as pessoas, contrariamente a que alega o deputado Manuel Silva. Menciona ainda, que como é do conhecimento de todos existe uma Comissão Social de Interfreguesias que está a trabalhar desde do final do ano de 2017 e tem vindo a ser feito um trabalho grandioso. Nomeadamente, com as pessoas mais idosas, com as pessoas com mais dificuldades e com as crianças. Neste momento, infelizmente existem duas situações preocupantes com crianças, que estão a ser acompanhadas pelas técnicas. Estas encontram-se a trabalhar no intuito de que os processos tenham um final feliz. A Presidente refere ainda, que tem o relatório que foi apresentado na última reunião plenária da Comissão Social de Interfreguesias e até ao mês de outubro do presente ano, foram sinalizados setenta famílias que têm sido acompanhados. Como já referenciou, estes processos são processos sociais onde estão integrados quer sejam idosos, famílias mais vulneráveis e crianças, nesse sentido, algum trabalho está a ser feito. No entanto, não é um trabalho tão visível e muitas vezes pensasse que nada é feito mas não é verdade. Relativamente às propostas apresentadas pelo Deputado Manuel Silva, são propostas que já foram aqui apresentadas e todas elas, exceto uma, conseguem-se enquadrar no orçamento apresentado. Ainda assim, precisam de ser melhoradas e ter um plano de ação, nomeadamente, quando se fala nos incentivos à natalidade, tinha de definir para quem e como se podia oferecer esses incentivos. Em relação, à proposta de instalação dos equipamentos de telealarmes na população idosa, este trabalho é feito pela técnica da freguesia, sendo que existe pessoas que já estão a usufruir deste apoio. No entanto, para ser concedido é preciso também que as pessoas reúnam as características necessárias para poderem usufruir dele. Outra das propostas apresentadas pela oposição é o orçamento participativo, se calhar não existe nenhuma rubrica onde o enquadrar mas ainda assim existe a revisão ao orçamento onde se poderá incluir. É uma questão que nos interessa bastante e o executivo já falou diversas vezes dela, mas existem algumas questões de como o



Assembleia de Freguesia de Abiul

implementar, quais os valores e quais os procedimentos. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, temos algumas obras que já fazem parte dele há algum tempo e que continuam porque ainda são projetos que queremos desenvolver. Pois, nem tudo é como queremos e não conseguimos fazer tudo aquilo que intencionamos. No entanto, o orçamento foi elaborado de acordo com aquilo que temos efetivamente projetado para realizar no próximo ano e de acordo com o que se tem acordado com o Município. Na opinião da Presidente, o orçamento se for executado a freguesia terá muito a ganhar e não acha que seja tão mau como o deputado Manuel Silva referiu.-----

----Em relação ao Projeto de Requalificação dos Moinhos das Corujeiras, o projeto tem vindo a aparecer no orçamento desde que este executivo se encontra em funções, felizmente já conseguiram chegar quase ao final do processo. A Presidente informa que no final de Agosto assinou um contrato com as Terras de Sicó e conseguiram também um apoio, que na parte final da assembleia irá apresentar. Temos o processo para avançar com a adjudicação e está previsto as obras nos moinhos iniciarem-se no início do mês de Fevereiro do próximo ano. Relativamente à casa do Celeiro, inicialmente o que foi divulgado foi que seria um projeto direcionado mais para o turismo rural, entretanto as coisas inverteram-se, e começaram a existir alguns privados interessados em investir em Abiul. Nos últimos quatro ou cinco anos, a zona história estava em ruínas e falava-se no elevado estado de degradação naquela zona e nós para tentarmos dar um impulso e uma vez que o Município também apoiou o projeto, adquirimos aquela casa. Neste momento, a casa irá ter outro fim, que na opinião da Presidente irá valorizar muito Abiul e também ajudar aqueles privados que querem investir no turismo rural e em Abiul. Um dos objetivos, é que traga pessoas a Abiul e que seja um local que as pessoas possam visitar. Um dos fins é um museu mas mais à frente será apresentada a proposta pelo nosso consultor Rui Rua que nos apoiou a criar a sua candidatura e que a Presidente convidou para realizar hoje aqui a sua apresentação.-----

----O Deputado Manuel Silva pediu para intervir, começando por dizer que os esclarecimentos da Senhora Presidente são importantes, independentemente das divergências em relação há aquilo que se entende ser o melhor para a freguesia. O Deputado começou por falar da casa do Celeiro, que na sua opinião, a compra tem um desenrolar que não é muito transparente, tanto na sua aquisição um pouco apressada, como na forma como o negócio se concretizou, no seu ponto de vista não foi o mais correto. Em relação à questão de intervir ou não no mercado de alojamento local, essa interferência pode ter o efeito contrário, e em vez de atrair o setor primário pode vir a afastá-lo. Afastamento esse que pode ser provocado pela interferência da autarquia local num ramo que não tem vocação. Relativamente à questão da teleassistência, nós sabemos que na Freguesia de Abiul, e basta estar cá pouco tempo que dá logo para detetar, existem muitos idosos a viverem sozinhos. A vida deles depende muitas vezes de um pequeno gesto em tempo útil, quer das forças policiais, do auxílio médico ou do contato para o 112. Este tipo de comunicação, para além dos critérios e dos requisitos necessários, não pode limitar-se a aspetos meramente economicistas. O importante é as pessoas saberem onde se dirigir e a quem. Se existir um equipamento destes instalado numa casa isolada onde vive uma pessoa sozinha pode fazer a diferença. O deputado deu o exemplo de um idoso que faleceu há pouco tempo na sua aldeia, não há nada que prove, mas se tivesse um equipamento de teleassistência para poder dar o alerta talvez



Assembleia de Freguesia de Abiul

tivesse sido socorrido. Claro que são apenas “ses”, mas basta salvar uma vida para valer todo o investimento. O deputado reforça que a Comissão Social Interfreguesias tem que procurar, para além de reunir ou não os requisitos exigidos para a instalação da teleassistência. Estas pessoas têm necessidade independentemente daquilo que são os seus rendimentos. Existe ainda a questão da segurança, que os restantes colegas devem saber é a área do deputado, apesar do RASI (Relatório Anual da Segurança Interna), trazer sempre quadros maravilhosos, que a criminalidade nunca aumenta neste país ou que está estagnada, os crimes contra as propriedades e contra as pessoas está controlada e que é o nosso país é o mais seguro do mundo, isso não é uma verdade. Pois, todos os dias existem pessoas, na freguesia de Abiul que são vítimas de furtos, bem como casas que são assaltadas e estes atos gerem inseguranças nas pessoas. A população precisa de ter algo que as tranquilize, pois temos que ser realistas, a vigilância policial e o patrulhamento de proximidade não existe, por isso, a sua referência e insistência na teleassistência.-----

---O Deputado relativamente ao projeto dos Moinhos das Corujeiras, refere ainda que este se encontra no Plano Plurianual de 2018, 2019 e 2020, o que provoca expectativas, pensamos que vão ser feitas mas acabam por passar para o ano seguinte, e isso é negativo. O deputado espera, já que é um aspeto positivo do orçamento, que a junta consiga efetivamente avançar com a recuperação dos moinhos e que não seja mais uma das situações que daqui a um ano estejamos novamente a falar do assunto e espera também que haja empenho efetivo do executivo em que obra se concretize.-----

---A Presidente da Assembleia, aproveitou as palavras do deputado Manuel Silva, referentes ao projeto do Moinhos das Corujeiras, para dizer que, neste país, para se fazer qualquer tipo de pedido ou licenciamento é preciso preencher um milhão de papéis, o que leva a que as obras muitas vezes vão-se transitando de ano para ano, pois é preciso cumprir com os procedimentos que nos pedem que é difícil de realizar e concretizar.-----

---O Deputado Celso pediu para intervir, começando por cumprimentar os restantes elementos, e quer pronunciar-se sobre a casa do Celeiro. Como já referiu o deputado Manuel Silva e a Presidente de Assembleia, estes processos são muito demorados e precisam de muitos papéis, o que leva muita gente a desistir à primeira, por isso é de louvar a Junta que se agarrou ao processo e não desistiu. No seu entender foi uma boa aquisição, e veio dar um novo ânimo à freguesia.-----

---O Deputado Manuel Silva interveio novamente dizendo que concorda com a Presidente da Assembleia, que todos nós sentimos no dia-a-dia que os procedimentos administrativos estão cada vez mais sobrecarregados, por vezes, simplifica-se de um lado e complica-se de outro, o que provoca perda de receita. O que lhe incomoda bastantes é que muitas vezes as coisas são feitas não com um objetivo de melhorar a vida e dinamizar a economia mas sim para obter receita. Quando a lógica a regulamentar é o fazer receita está tudo estragado. Relativamente ao licenciamento, é verdade que muitas vezes são processos difíceis, mas isso os organismos e, neste caso, os Executivos Autárquicos têm que estar preparados para isso.-----

---Após a intervenção do deputado Manuel Silva, a Presidente da Assembleia questionou se mais alguém queria intervir, uma vez que não houve mais intervenções, deu-se início à votação dos



Assembleia de Freguesia de Abiul

Documentos Previsionais para o ano 2020. Foi aprovado por maioria, com oitos votos a favor dos deputados Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria, Rogério Manuel Ferreira Martins, Telma Andrea Martins da Silva Gomes, Victor Manuel Marques Barros, Hélder Manuel Ferreira Mendes, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Diogo Rafael Ferreira Nunes, Isabel Maria dos Santos Rodrigues e um voto contra do Deputado Manuel Silva. -----

--- Ponto 2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2020;-----

--- Passou-se à votação deste ponto, tendo sido aprovado o mapa de pessoal por unanimidade.-----

--- Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação do Pedido de autorização prévio à Assembleia de Freguesia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art.12º do DL 127/2012 de 21/06;-----

--- A Presidente da Assembleia questionou os membros se alguém queria usar da palavra, sendo que o deputado Manuel Silva pediu para intervir. Começou por dizer, que após debruçar-se sobre esta proposta e com os seus modestos conhecimentos, surgiram-lhe algumas dúvidas. Em termos de enquadramento legal, efetivamente está previsto este tipo de autorização prévia, como refere o próprio documento. Segundo o artigo 12.º mencionado na proposta, realmente pode haver essa autorização. O importante é que salvguarde os últimos planos aprovados e que os seus encargos não excedam o limite quantitativo. Em relação à legislação que regula esta matéria das exclusões de despesas com o pessoal, esta é uma situação que se justificava, se houvesse lugar a compromissos que causasse um ferimento de pagamentos no orçamento. O Orçamento respeita os princípios do rigor orçamental, a receita é igual à própria despesa. Portanto, as despesas a realizar estão devidamente compensadas com as receitas. Por isso, não havendo no seu conhecimento, contas a pagar, pagamentos em atraso ou alguma coisa que justifique este tipo de autorização prévia, julgo que não há fundamentos para que seja concedida. O Deputado reforça que não encontra justificação nos compromissos que justifiquem a origem deste pedido.-----

--- A Presidente Sandra Barros, interveio começando por dizer que neste momento não tem nenhuma situação nestas condições, mas poderemos vir a ter, por exemplo, no Projeto da Casa do Celeiro ou até os Moinhos das Corujeiras, sendo que os pagamentos poderão ter que se prolongar para o próximo ano, não, tanto na situação dos Moinhos, mas sim, na Casa do Celeiro. De qualquer forma, a Presidente afirma que será só para as situações que aqui estão descritas.-----

---O Deputado Manuel Silva responde à Presidente, dizendo, que, na sua opinião, devia-se de fazer de outra forma, quando existe essa questão, esta deve de ser colocada à Assembleia e aí decide-se. Pois, a cedência de uma autorização prévia nestes termos, obriga a uma série de regras que têm que se cumprir. Segundo, o artigo 12.º da lei 8/2012, a violação de regras de compromissos cumpridos, conforme está revisto na lei, detém responsabilidades civis, disciplinares e até criminais. Também é importante referir, que até 31 de Dezembro de cada ano todas as situações que resultem em eventuais dificuldade nas contas e de pagamentos em atrasos, devem de ser comunicadas e devidamente documentadas para se deliberar este tipo de autorização prévia. Também existem obrigações declarativas até 31 de Janeiro, nas situações de autorização prévia, decorrem obrigações declarativas



Assembleia de Freguesia de Abiul

que estão previstas no artigo 15.º, o deputado sabe que o que a Presidente referiu que não é uma situação concreta, e que, no seu ver, não faz sentido e não acorda com este tipo de autorização ao executivo.-----

--- Passou-se então à votação, tendo ficado aprovada por maioria, com 5 votos a favor dos deputados Victor Manuel Marques Barros, Helder Manuel Ferreira Mendes, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Diogo Rafael Ferreira Nunes, Isabel Maria dos Santos Rodrigue, um voto contra do Deputado Manuel Silva e três abstenções dos deputados Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria, Rogério Manuel Ferreira Martins, Telma Andrea Martins da Silva Gomes.-----

--- Ponto 2.5 – Apresentação, discussão dos projetos da Casa do Celeiro e moinhos das Corujeiras;-----

--- A Presidente Sandra Barros começou por chamar o Dr.º Rui Rua, sendo a pessoa que ajudou o executivo neste projeto. De seguida, o Dr.º Rui fez uma apresentação que se anexou à presente ata.

--- A Presidente Sandra Barros aproveitou ainda para falar sobre o Projeto da Requalificação dos Moinhos, fazendo uma breve apresentação que também se anexa a esta ata.-----

--- Pela Presidente de Mesa foi dada como encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar e para constar lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada. -----

Isabelle Mendes Ferreira Soares Albergaria
Rogério Martins
Telma Andrea Martins da Silva Gomes

